

ATUALIDADE DA POLÊMICA SOBRE A PLATAFORMA DOS COMUNISTAS ANARQUISTAS

Pier Francesco Zarcone

PREMISSA

Polêmica velha, alguém poderia dizer; coisas arqueológicas ou dignas de estudos históricos inócuos. Certamente, este não é o caso, como demonstra a virulência que ainda existe no ambiente anarquista – individualistas, antiorganizadores, anticomunistas etc. – contra a Plataforma e os plataformistas. Virulência que estaria fora de lugar se a Plataforma fizesse parte de uma página virada da história do anarquismo internacional. Esta página não foi virada e, nos últimos anos, surgiram várias organizações inspiradas na Plataforma em diferentes partes do mundo (Europa, América do Sul, Estados Unidos, África do Sul, Turquia etc.). Hoje, também são interessantíssimos os termos da polêmica em que, após a publicação da Plataforma, se contrapuseram Makhno e Arshinov de um lado, e vários expoentes do anarquismo europeu, dentre os quais Errico Malatesta, de outro. Em primeiro lugar, porque estes termos concentraram-se nos aspectos fundamentais e característicos da própria Plataforma, que se referem à totalidade do movimento anarquista e sobre os quais ela propôs uma discussão. Em segundo lugar, porque a polêmica deu-se entre pessoas inteligentes e de boa fé, o que, ontem como hoje, não é pouca coisa.

A Plataforma, em sua persistente atualidade, parte de um ponto central bem definido, embora de modo algum incontestado no interior da galáxia anarquista: ou seja, a consciência de que ou o anarquismo é classista, revolucionário, comunista libertário, ou não é anarquismo. Este ponto, absolutamente importante, constitui o fundamento de toda a Plataforma, que, por sua vez, dá a ele um desenvolvimento particular.

Pelo menos desde a vitória do fascismo europeu nos anos 20-30 do século passado, devem-se distinguir dois setores, com base na teoria e na prática, quando se trata de anarquismo: a “extrema esquerda” do liberalismo e a “extrema esquerda” do comunismo, ou seja, aqueles que estão inseridos na dinâmica da luta de classes com uma perspectiva revolucionária e libertária, possivelmente partindo das análises sociais e econômicas de Marx, mas não somente delas. Contrapõem-se, assim, um anarquismo

existencial e um anarquismo comunista revolucionário, o que tem consequências na questão da organização e, *vexata quaestio*, do anarquismo!

Sem dúvida, desde um ponto de vista histórico, os fatos que caracterizam definitivamente a ação anarquista há dois séculos, e pelos quais ela ainda é estudada, referem-se todos ao âmbito da luta de classes e da revolução social comunista: desde a Comuna de Paris até a Revolução Russa, desde a Espanha de 1936 até a participação anarquista na luta armada uruguaia ao lado dos Tupamaros nos anos 70. Entretanto, se considerarmos as elaborações intelectuais, as coisas mudam de perspectiva. Assumir o anarquismo simplesmente como uma doutrina política permite que nele se veja o desenvolvimento de uma “exagerada ideia de liberdade” e que se incluam pensadores como Godwin, Stirner e Proudhon.

Mas se entendermos o anarquismo como movimento popular que, com suas peculiaridades, irrompe a cena da luta social, econômica e política da Europa oitocentista, então: 1.) Em termos de teoria, devemos partir de Bakunin; 2.) Deve-se concluir que o anarquismo não é um “pensamento”, não é só uma ideologia ou filosofia de vida; é, pelo contrário, uma práxis teórica, que não nasce das reflexões abstratas de um erudito, mas das lutas diretas dos trabalhadores contra o capital.

Os eruditos do marxismo-leninismo sempre acusaram o anarquismo de ideologia pequeno-burguesa, num esforço de injúria, por saberem que ele constitui seu verdadeiro inimigo à esquerda. Porém, entre os trabalhadores que não foram completamente doutrinados pela propaganda dos partidos comunistas de obediência moscovita ou chinesa, o anarquismo teve sempre certo prestígio e respeito. E isso não ocorreu por mérito dos individualistas não classistas ou contrários à organização, mas em função dos artífices do passado revolucionário do anarquismo e dos comunistas anarquistas de hoje, que participam da luta de classes dos trabalhadores.

Inclusive, não é razoável pensar que uma mudança radical e global da situação criada pelo capitalismo possa surgir daquele tipo de água destilada ideológica que, em sentido liberal, deseja redimir o anarquismo de sua “assiduidade revolucionária” do passado. Não se pode esquecer que o liberalismo pertence à esfera de interesses de classe da burguesia, e que seus “sagrados princípios” realizam-se somente fora da esfera de classe da burguesia e contra ela.

Os elementos problemáticos e o caráter incompleto da práxis teórica anarquista não encontram soluções numa mutação genética baseada na recusa da luta de classes ou num posicionamento, cheio de veleidades, para “além da direita e da esquerda”. Ou

seja, numa valorização das liberdades burguesas sem relação com o comunismo libertário, que ainda dependem de seu contexto originário de classe ou, pior ainda, que estão vinculadas ao mercado, como reivindicado pelo chamado “anarcocapitalismo”.

Tais problemas e incompletudes só encontram soluções no interior da ação revolucionária levada a cabo na luta de classes e conduzida com e entre os trabalhadores. Conceber uma libertação hipotética da humanidade apartada da eliminação da exploração do homem pelo homem, a qual faz parte da estrutura de dominação capitalista, não é apenas algo bem excêntrico, mas um posicionamento que não produz qualquer efeito e condena o movimento à marginalidade. Marginalidade esta que não é redimida por uma conclamada, mas solipsística, pureza dogmática, mais presumida que real.

Falar hoje, no início dos anos 2000, da controvérsia ainda não terminada que foi gerada pela Plataforma – que contou com a contraposição entre o herói da revolução anarquista na Ucrânia, Makhno, e um monstro sagrado do anarquismo como Malatesta – também é importante, em função da situação atual. O pseudocomunismo leninista/stalinista morreu envenenado por seu próprio veneno. O capitalismo domina abertamente o mundo, destruindo coisas e seres humanos, mostrando a cada dia sua incapacidade de resolver os problemas sociais e econômicos que cria, e tendo a grande capacidade de proporcionar bem-estar somente a uma restrita minoria de ricos.

Hoje, a chamada “situação objetiva” dos explorados – ou seja, de bilhões de pessoas – não é, em absoluto, revolucionária. Porém, o mundo está atravessado por tensões, lutas e contestações, às vezes de caráter global. Muitos anarquistas atuam em movimentos de resistência e luta, que são bem diferentes dos fóruns sociais, tão queridos pelos carreiristas políticos ou por aqueles que aspiram a isso. A presença nestes movimentos aumenta o prestígio e a possibilidade de ação dos anarquistas, permite um crescimento dos núcleos comunistas e multiplica virtualmente as oportunidades operativas. As ocasiões apresentam-se, mas é necessário saber como aproveitá-las e estar organizados para tanto.

Hoje, mais do que nunca, o anarquismo está diante de uma encruzilhada: de um lado, os círculos de dimensões insignificantes, mas que se consideram autossuficientes, do anarquismo testemunhal¹, hipercrítico e autorreferencial; de outro, o anarquismo comunista, organizado e inserido nas lutas sindicais, sociais, ambientais e políticas. Ou

¹ Referência a certos círculos religiosos de caráter “testemunhal”. (N. E.)

seja, o anarquismo que, junto às classes oprimidas, participa da busca de alternativas às situações atuais; que não se limita à previsão de um “mundo novo”, mas que vai à procura de táticas e estratégias concretas; que não se fecha em certezas e purezas dogmáticas, geralmente fundamentalistas; que não quer gozar passivamente do seu ser anarquista enquanto outros organizam-se e lutam. “Comunistas porque somos anarquistas, e anarquistas porque somos comunistas”, como escreveu Carlo Cafiero.

ORIGENS E CONTEÚDOS DA PLATAFORMA

Em relação à Revolução Russa, assim como à Revolução Espanhola de 36, os historiadores dividem-se em três grupos: os burgueses, os socialdemocratas e os bolchevistas ortodoxos e/ou heréticos. Nenhum deles tem interesse em valorizar ou enfocar devidamente a participação dos anarquistas nestas revoluções.

Fala-se muitas vezes, correta e justamente, em “revolução desconhecida”, para se referir à revolução anarquista ucraniana estimulada por Nestor Makhno, chamada também de *makhnovitchina*, cujo centro operacional encontrava-se na região de Guliaipolé. Makhno, “o bandido”, conforme sustentaram os bolchevistas; aquele que, de 1917 a 1921, foi o herói de um movimento anarquista camponês que envolveu milhões de pessoas numa região grande, correspondente à metade da Itália.²

Em síntese, pode-se dizer o seguinte. Assinado pelos bolchevistas o tratado de Brest-Litovsky e ocupada a Ucrânia pelos exércitos austro-alemães³, esta região foi palco de uma guerra civil e revolucionária terrível, onde se organizou e atuou um exército camponês, que contava com militantes voluntários, autodisciplinados e inspirados pelo comunismo anarquista. Sua atuação deu-se na defesa dos soviets locais e das conquistas da Revolução e envolveu o combate aos colaboradores dos impérios centrais, aos nacionalistas burgueses ucranianos da Petliura, aos “brancos” de Denikin e Wrangel e aos bolchevistas de Trotsky.

O makhnovismo não esteve isento de críticas e desdém, como de costume, por parte dos “revolucionários apenas de pensamento e palavra”, pelas pessoas, usando as

² N. Makhno. *La Rivoluzione Russa in Ucraina*. Ragusa, 1988; Volin. *La Rivoluzione Sconosciuta*. Carrara, 1976; A. Skirda (a cura di). *Gli Anarchici Russi, i Soviet, l'Autogestione*. Firenze, 1978; P. Maximoff. *Gli Anarcosindacalisti nella Rivoluzione Russa*. Firenze, 1973; D. Guérin. *L'Anarchismo dalla Dottrina all'Azione*. Pescara, 1998; P. Avrich. *Gli Anarchici nella Rivoluzione Russa*. Milano, 1976; A. Lehning. *Marxismo e Anarchismo nella Rivoluzione Russa*. Pescara, 1999; P. Avrich. *L'Altra Anima della Rivoluzione*. Milano, 1978; P. Aršinov. *Storia del Movimento Makhnovista*. Pescara, 2001; O. Figes. *La Tragedia di un Popolo: La Rivoluzione Russa 1891-1924*. Milano, 2000; G. Woodcock. *L'Anarchia*, Milano, 1976.

³ E. Carr. *Storia della Russia Sovietica*, vol. I. Torino, 1970.

palavras do próprio Makhno, à procura de uma perfeição anarquista que é alheia à vida. Mas, sem dúvida, como Gian Pietro Berti admitiu, “foi um movimento seguramente anarquista [...], que deu lugar à maior mobilização revolucionária de massas de toda a Revolução Russa”.⁴

Com o fim do perigo “branco” – que, em sua última fase, baseava-se nas tropas de Wrangel na Criméia –, a makhnovitchina foi esmagada em sangue pelo Exército Vermelho de Trotsky, não sem uma dura luta. Makhno e outros poucos conseguiram fugir para o exterior e, enfim, ele e Arshinov chegaram à Paris. Ali surgiu a Plataforma, no seio de uma reflexão sobre a dramática experiência da Revolução Russa, e que encontrava os mesmos elementos negativos do anarquismo no movimento europeu.

Em função da dispersão extrema dos grupos anarquistas russos, os makhnovistas terminaram sozinhos na luta contra os bolchevistas; estes, com muita facilidade, destruíram os outros grupos anarquistas fora da Ucrânia.

Identificando na Europa havia o mesmo estado de dispersão e de falta de entidades organizadas entre os anarquistas, estes refugiados perceberam a urgência de tratar concretamente aquilo que era, e que ainda é, uma fragilidade do anarquismo, visando evitar a repetição de análogas experiências sanguinárias em outros países. Com este fim, era necessário dar um primeiro passo rumo à organização geral dos anarquistas; produzir algo que constituísse um esboço inicial, uma estrutura basilar de um programa concreto. Os refugiados estavam cientes que este primeiro rascunho contaria com inevitáveis insuficiências, que ele não deveria ser preparado como algo definitivo e que tinha de excluir todo dogmatismo – justamente por isso houve o convite para que o documento fosse discutido. Todo o movimento anarquista deveria ser confrontado, por meio de um forte realismo, com seus males endêmicos.

Em 1925, vários revolucionários anarquistas, russos e ucranianos – dentre os quais Makhno, Arshinov, Walecki e Linsky, fugitivos da ditadura bolchevique e abrigados em Paris – começaram a publicar a revista mensal comunista anarquista *Dielo Truda*. No ano seguinte, Ida Mett, depois de fugir da URSS, juntou-se ao grupo. Em 1926, este grupo publicou “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas (Projeto)”. A iniciativa foi antecipada por uma série de artigos dos maiores expoentes de *Dielo Truda*, nos quais eles criticavam a ideia de constituir grupos anarquistas baseados na Síntese (sintetistas), que era defendida por Volin, entre os

⁴ G. Berti. *Il Pensiero Anarchico*. Manduria, 1998, pp. 630-631.

anarquistas russos, e Sébastien Faure, entre os franceses. Ambos propunham uma síntese das diversas e principais correntes do anarquismo – a comunista, a sindicalista e a individualista –, para dar corpo a uma organização que pudesse extrair o melhor destas correntes. Na realidade, não se tratava de uma fusão, mas de um tipo de amálgama, visto que a síntese constitui sempre algo mais do que os elementos nela fundidos. Tratava-se, mais adequadamente, de uma posição que o velho Bakunin já tinha chamado de “saleta filosófica”, numa polémica no século anterior com Victor Cousin.

A publicação da Plataforma delineava claramente o propósito teórico-político do grupo animador de *Dielo Truda*.

Este documento compõe-se de uma introdução, de uma parte geral dividida em oito pontos, de uma parte construtiva e de uma parte organizativa. Deve-se sublinhar, antes de tudo, que, até o momento, as análises sobre a Plataforma basearam-se no texto em francês – uma tradução do original em russo – ou nas suas traduções para outros idiomas. O problema encontra-se no nível de exatidão terminológica da tradução de um texto teórico-prático como a Plataforma. Não é a primeira vez que a falta de precisão provoca equívocos e mal-entendidos, os quais seriam evitáveis se tivesse houvesse uma abordagem adequada do texto original. Uma tradução mais precisa do texto em russo era inadiável, para que se verificassem as exatas afirmações da Plataforma; porém, este trabalho, útil para hoje e amanhã, não incide fortemente nos termos da polémica existente e nem na falta de compreensão de uma das partes em questão.

Voltemos ao tema principal, tentando sintetizar o conteúdo da Plataforma. A introdução contém uma exposição realista dos males do movimento anarquista – daquela época e de hoje –, indicando como aspecto central a falta de organização, cuja origem encontrar-se-ia em algumas deficiências de ordem teórica e, particularmente, na equivocada interpretação do princípio de individualidade no anarquismo, frequentemente identificado com a ausência de qualquer responsabilidade. Luigi Fabbri, num importante e esquecido trabalho, falou das influências burguesas no anarquismo.⁵ Os autores da Plataforma falam da mesma coisa e, sem dificuldades, destacam que os princípios imutáveis e os clássicos do anarquismo defendem exatamente o contrário daquilo que é sustentado pelos individualistas.

Reitera-se, neste momento, uma crítica forte e motivada à organização sintetista, que havia estabelecido-se nos meios anarquistas, advertindo que uma união

⁵ L. Fabbri. *Influências Burguesas no Anarquismo*. Disponível em espanhol aqui: <http://www.kclibertaria.comyr.com/lpdf/1058.pdf>. (N. E.)

indiferenciada dos representantes das distintas tendências do anarquismo só poderia produzir um agregado de elementos heterogêneos teórica e praticamente, uma união mecânica das diferentes maneiras de se entender os problemas do movimento anarquista; união esta que se despedaçaria no primeiro choque com a realidade dos fatos. A crítica também é dirigida ao anarcossindicalismo, na medida em que ele coloca-se como autossuficiente.

A parte geral trata do objetivo da Plataforma relativo ao papel que os anarquistas devem desempenhar. Considerada a situação existente nas sociedades capitalistas – e que estas só podem ser derrubadas por meio de uma revolução social violenta –, os anarquistas tem de desenvolver um trabalho de preparação dos operários e camponeses para o acontecimento revolucionário.

Tendo o anarquismo nascido na luta de classes, e devendo assim permanecer, a Plataforma recusa as vagas conotações humanitárias defendidas por algumas correntes. Afirma, em letras garrafais, que a sorte da humanidade de hoje e de amanhã encontra-se vinculada à sorte do trabalho subjugado e que a humanidade inteira só poderá renascer se as massas trabalhadoras forem vitoriosas. Nessa perspectiva, a opção em favor do comunismo anarquista é claríssima, assim como a oposição ao Estado, à autoridade e à democracia burguesa.

Em relação ao papel dos anarquistas nas lutas sociais e na revolução, o projeto da Plataforma é claro: 1.) Educação libertária das massas para os ideais do comunismo anarquista; 2.) Seleção e agrupamento das forças revolucionárias (operárias e camponesas), tendo a base teórica comunista anarquista, numa organização “específica”; 3.) Organização dos operários e camponeses revolucionários para a produção e o consumo (organizações de resistência, cooperativas livres, etc.).

O fundamento do discurso plataformista é que somente se o anarquismo tornar-se guia da revolução social será possível realizar a completa emancipação do trabalho. A Plataforma enfatiza que, somente se a sociedade capitalista for suprimida pela sociedade de trabalhadores livres haverá uma revolução social. Ela retoma e desenvolve, dessa maneira, a posição anteriormente assumida em favor do federalismo autogestionário das organizações de produção e consumo, contra o Estado – o qual deve ser destruído pelos trabalhadores no primeiro dia de sua vitória – e contra a ditadura de qualquer partido.

Um conceito chave é que os militantes anarquistas organizados devem constituir uma “minoridade guia”.

Uma passagem importante da Plataforma é aquela que se dedica à defesa militar da revolução; tal problema foi intensamente vivido pelos anarquistas que participaram de revoluções, mas é ignorado pelo movimento anarquista contemporâneo.

O conceito fundamental é o povo em armas, como aconteceu na Espanha, dez anos depois da publicação da Plataforma e antes que os stalinistas aliados dos republicanos burgueses impusessem a restauração do exército tradicional. Uma oposição eficaz das milícias populares às forças da reação implica a formação de um organismo militar único, com um comando central democraticamente eleito e revogável.

Os princípios básicos desta organização popular armada são: a.) Natureza de classe; b.) Voluntariado; c.) Autodisciplina revolucionária; d.) Subordinação completa aos organismos operários e camponeses.

São características básicas da Plataforma os quatro princípios da organização política e revolucionária comunista anarquista: 1.) Unidade teórica, que deve ser comum a todos os aderentes e encontrar conformidade substancial na ação global e particular do coletivo anarquista organizado; trata-se de uma consequência natural, depois da crítica às organizações sintetistas. 2.) Unidade tática, ou seja, a concordância, para evitar ações heterogêneas e contraditórias, com os métodos táticos e a teoria/tática da organização. 3.) Responsabilidade coletiva, ponto fundamental e objeto de contestações ainda não esgotadas, que se baseia no fato de que os setores da vida revolucionária social e política são, antes de tudo, profunda e naturalmente coletivos, e que a atividade social revolucionária não pode fundar-se na responsabilidade pessoal de cada militante, o que pode degenerar em individualismo irresponsável. 4.) Federalismo, tradicional conceito anarquista que a Plataforma reelabora, colocando os “pingos nos is” em relação ao passado. Ela critica a deformação do princípio federalista, geralmente entendido como direito à afirmação do próprio ego/eu, sem levar em conta os deveres para com a organização. Ao contrário, o federalismo é o livre entendimento entre os indivíduos e as organizações para um trabalho coletivo visando um objetivo comum. Isso exige que todos os participantes de uma organização revolucionária cumpram completamente os deveres aceitos em liberdade e que se alinhem às decisões tomadas em comum.

Conhecendo bem seu próprio mundo, os autores da Plataforma tinham os pés no chão e por isso não se iludiam muito. Isso explica porque, na introdução da Plataforma, há uma óbvia profecia: preveem-se ataques raivosos por parte dos representantes do individualismo e do anarquismo caótico, os quais acusariam os plataformistas de terem traído os princípios anarquistas.

Claramente, a ideia de fundo dos autores da Plataforma prevê a criação de uma Internacional das organizações comunistas anarquistas revolucionárias, o que faz surgir uma objeção fundamental: a Plataforma propunha algo de tão grande alcance antes que fossem constituídas fortes organizações regionais ou nacionais. Provavelmente, esta estranha progressão explica-se pelas particularidades do momento histórico, que se caracterizava pela continuidade da efervescência revolucionária na Europa, mas também pelo fortalecimento, entre as classes trabalhadoras, daquele bolchevismo que os anarquistas russos e ucranianos tinham conhecido e combatido de maneira tão sangrenta.

A Plataforma é um primeiro rascunho daquilo que seria o mínimo necessário, no que diz respeito aos problemas negativos, interiores e exteriores do movimento anarquista. Ela exigia um esforço sereno de colaboração, também crítica, por parte de todos aqueles que condenavam tais problemas, visando estabelecer, por meio do confronto de posições, acordos sobre tais assuntos, talvez não definitivos, mas certamente sistemáticos.

Na Plataforma, há realmente pelo menos um ponto, muito delicado, que não foi suficientemente desenvolvido e nem coordenado com o restante da parte sobre as questões organizativas. Antes de tudo, deve-se sublinhar que todo este documento é contrário ao autoritarismo das hierarquias, ao centralismo leninista e às posições favoráveis ao papel dirigista e coercitivo das vanguardas revolucionárias. Entretanto, estas posições não aparecem bem coordenadas com a última parte, na qual se prevê um Comitê Executivo sem se esclarecer quais seriam suas funções, de modo que não fica evidente qual é a diferença entre um comitê deste tipo e um agrupamento hierárquico e dirigista.

Como sustentaremos adiante, não houve uma discussão serena e a Plataforma foi alvo de uma balbúrdia que causou reações em cadeia. Enfim, o texto permaneceu aquilo que era na origem, e as organizações que tomaram a Plataforma como referência tiveram de se desembaraçar por conta própria, naquilo que diz respeito à tarefa de evitar o risco anteriormente indicado.

AS PRIMEIRAS REAÇÕES

Fato é que os autores da Plataforma não esperavam que companheiros de um indiscutível passado revolucionário fizessem críticas negativas e, sobretudo, que, dentre eles, estivesse aquele monstro sagrado do anarquismo, Errico Malatesta, que na

juventude havia sido companheiro de Bakunin e cuja influência no movimento – como reconheceu o próprio Makhno, em resposta a Malatesta – era enorme, e capaz de influenciar uma quantidade grande de anarquistas e simpatizantes.

Infelizmente, a atualização dos ensinamentos de Bakunin realizada pelos companheiros de *Dielo Truda* chocava-se com setores de um anarquismo europeu que se encontrava em fase de profunda crise teórica e prática – talvez com exceção do anarquismo ibérico, espanhol e português –, depois de uma série de derrotas ao bolchevismo e ao fascismo. Estes anarquistas estavam mais ocupados com a tarefa de interrogar-se sobre ditadura e liberdade do que com o esforço de compreender melhor, partindo de si mesmos, as razões dos acontecimentos, enquanto o curso da história passava “tranquilamente” a seu lado.

Tratava-se de um ambiente seguramente culto, mas em declínio e paralisia, especialmente em função das derrotas, e também em fase de rápida evolução rumo à ortodoxia formal, matriz de uma falta de conclusão operativa.

Se considerarmos o momento histórico, devemos sublinhar a incidência do forte impacto psicológico causado pelo fenômeno bolchevista, que já tinha incomodado os socialistas da Segunda Internacional por sua diferença em relação aos esquemas consolidados. A natureza mal compreendida do bolchevismo, a atração produzida em muitos militantes anarquistas, alguns dos quais haviam passado às fileiras bolchevistas e/ou participado da fundação de partidos comunistas europeus, e a onda liberticida e totalitária eram elementos muito marcantes. Tudo isso, junto com os males do anarquismo evidenciados pela Plataforma, fez com que programas centrados em “minorias-guias”, na unidade teórica e tática, e na responsabilidade coletiva produzissem, para assim dizer, o mesmo efeito da água morna numa pessoa há pouco queimada pela água quente.

A tentativa do grupo *Dielo Truda* – de sustentar as bases de uma organização internacional dos anarquistas, um programa concreto pelo qual se ligariam às lutas das massas trabalhadoras – veio num momento em que boa parte da Europa estava sob a influência de regimes estatais autoritários ou totalitários; e isso acontecia mesmo nos países em que o movimento anarquista estava, ou era, mais forte: Itália, Rússia e Espanha. Mas procedamos na ordem.

Após a publicação da Plataforma, em 5 de fevereiro de 1927 foi difundido um convite assinado por Arshinov para uma Conferência Internacional de caráter

preliminar, na qual se sedimentaria o conteúdo da Plataforma. O primeiro encontro foi marcado para o dia 12 daquele mês, na sala de um café de Paris.

Temos o relato de Ugo Fedeli, presente na reunião. Dela participaram – além de Makhno, Arshinov e outros quatro membros de *Dielo Truda* – Odéon, delegado da Juventude Anarquista Francesa; o búlgaro Pavel, como individualidade; Ranko e um companheiro, representando os anarquistas polacos; outro polaco, como individualidade; alguns militantes espanhóis, dentre os quais Orobón Fernandez, Carbó e Gibanel; o chinês Chen e o italiano Fedeli.

O encontro produziu uma comissão provisória composta por Makhno, Chen e Ranko, os quais prepararam uma carta circular de convite para uma Conferência Internacional. [...] Estiveram presentes nesta conferência todos os participantes da reunião preliminar, e mais: o italiano Bifolchi (favorável à Plataforma); uma delegação do periódico *Pensiero e Volontà*, composta por Luigi Fabbri, Camillo Berneri e Fedeli (menos favoráveis); o polaco Walecki; Dauphin-Meunier, com outros companheiros franceses como individualidades, e com os delegados Odéon (favorável) e Severin Ferandel (contrário).

A proposta do grupo Dielo Truda era a seguinte: 1.) Reconhecer a luta de classes como o elemento mais importante da ação anarquista; 2.) Assumir o comunismo anarquista como base do movimento; 3.) Considerar o sindicalismo o principal instrumento de luta; 4.) Reconhecer a necessidade de uma União Geral dos Anarquistas em cada país, baseada na unidade ideológica e tática e na responsabilidade coletiva; 5.) Reconhecer a necessidade de um programa positivo para a realização da revolução social.

Durante a longa discussão houve algumas modificações à proposta original. As sugestões de Luigi Fabbri foram as seguintes: 1.) Reconhecer que a luta de todos os explorados e oprimidos contra a autoridade do Estado e do capital é o fator mais importante do anarquismo; 2.) Reconhecer a luta operária e sindical como um método importante da ação revolucionária anarquista; 3.) A necessidade, para cada país, de uma União dos anarquistas, que fosse a mais geral possível, que tivesse o mesmo objetivo final e a mesma tática, e que funcionasse com base na responsabilidade coletiva; 4.) A necessidade de um programa positivo de ação dos anarquistas para a revolução social.

Ao que parece, o grupo de *Pensiero e Volontà* ia apresentar uma proposta de modificação completa dos pontos da Plataforma referentes à organização. Mas, quando chegou o momento de tratar deste assunto, uma irrupção repentina da polícia francesa,

que havia alarmado-se por tamanha concentração de subversivos, pôs fim aos trabalhos da Conferência, e a proposta de criar uma Federação Internacional dos Comunistas Anarquistas Revolucionários (FICAR) terminou não sendo tratada.

Makhno corria o risco de ser deportado e só foi salvo em função da campanha de protestos realizada pelos anarquistas franceses; no 1º de maio, os plataformistas enviaram por carta propostas concretas a todos os grupos, mas não obtiveram êxito; os companheiros de *Pensiero e Volontà* recusaram formalmente o projeto. Após isso, as posições começaram a enrijecer.

Em agosto do mesmo ano, os makhnovistas publicaram “Resposta aos Confusionistas do Anarquismo” e, em vários jornais, apareceram as posições de Berneri, Fabbri, Galleani, Malatesta, Nettelbladt etc.

Passemos agora aos termos fundamentais da polêmica. Como vimos, a Plataforma concebia o papel dos anarquistas em dois momentos: a.) o momento pré-revolucionário, no qual eles deveriam desenvolver uma ação voltada à preparação das massas para a revolução social; b) o momento revolucionário, no qual o anarquismo deveria assumir o papel de guia ideológico.

RESPOSTA AOS CONFUSIONISTAS DO ANARQUISMO

Para os críticos da Plataforma, esta compreensão do papel dos anarquistas era uma heresia, pelo fato de implicar um período de transição – o que, aliás, era negado pelos próprios plataformistas.

As primeiras críticas vieram do grupo de russos que tinha em Volin e Senya Fleshin seus maiores expoentes. Os membros deste grupo não partilhavam a tese plataformista da falta de organização como elemento de fraqueza do anarquismo e criticavam um suposto espírito centralizador do projeto de Dielo Truda, embora não fossem contrários à organização.

Para eles, a causa da fraqueza do anarquismo encontravam-se nos preconceitos que dificultavam a difusão das ideias anarquistas entre as massas, na repressão contínua que tinha como alvo o movimento e na persistência da confusão sobre assuntos ideológicos fundamentais – a natureza da revolução social, o papel da violência, o período de transição, a ditadura revolucionária. Volin – autor da tradução ao francês da Plataforma, que foi utilizada como base na discussão dos anarquistas russos e cuja qualidade é hoje questionada – e seus companheiros temiam que o projeto makhnovista em favor de uma organização coesa e unitária no nível teórico/tático/estratégico pudesse

contrariar outras organizações anarquistas diversamente orientadas, causando enormes problemas no movimento.

Na opinião de Volin e de outros partidários da Síntese, era necessário chegar à unidade anarquista por meio do aprofundamento das questões básicas e do trabalho ideológico coletivo, os quais conduziriam às soluções coletivas e claras.

A reação de Volin e de seus companheiros foi bem dura – evidentemente, naquela altura, já emergiam os rancores sedimentados durante o período da Revolução Russa. Eles acusavam a Plataforma de querer abandonar o princípio anarquista, completamente fundamental, da autonomia de iniciativa local, promovendo com isso um espírito de partido de chefes. Julgavam que o grupo Dielo Truda queria, na realidade, criar um “partido anarquista” (que horror!), cuja aspiração era dirigir as massas e não ajudá-las a preparar a revolução.

Mollie Fleshin, que fazia parte do grupo de Volin, escreveu que

o espírito da Plataforma está completamente penetrado pela ideia de que as massas *devem ser politicamente dirigidas* durante a revolução. Trata-se de um erro de fundo, e todo o resto [...] baseia-se substancialmente nesta ideia. A Plataforma defende a constituição de um partido operário anarcocomunista, de um exército [...], de um sistema de defesa da revolução que inevitavelmente conduziria à criação de um sistema de espões, de investigações, de prisões e juízes e, por consequência, de uma Tcheka.⁶

Dentre outras coisas, é um fato que se sabia que Arshinov não havia sido o autor *tout court* do texto da Plataforma. Todavia, ele foi um de seus principais autores e, dentre os anarquistas russos, alguns ainda não tinham digerido sua militância bolchevista anterior, que durara até 1906, quando então ele aderiu ao anarquismo. Parece mesquinho, mas acontece frequentemente de o neófito bem municiado ser mal recebido por outros militantes, embora estejamos falando de situações e ambientes em que todos um dia foram neófitos e de pessoas com mais ou menos tempo de militância, visto que ninguém nasce anarquista. Inclusive, o próprio Volin, até 1916, militou nas fileiras dos socialistas revolucionários.

Mas agora tudo estava pronto para um tipo de “fim do mundo”. Makhno, que seguramente não conhecia as hipocrisias diplomáticas ou políticas, logo entrou em campo na defesa de Arshinov, velho companheiro de batalhas e que, diferentemente de outros, nunca o havia abandonado. Ele desengavetou uma página obscura do passado de

⁶ Em G. Cerrito. *Il Ruolo dell'Organizzazione Anarchica*. Pistoia, 1973, pp. 308-311.

Volin, evidentemente aproveitando-se da polêmica sobre a Plataforma, para uma satisfação longamente esperada. Revelou que o tão purista Volin, em 1919, quando foi aprisionado pelos bolcheviques – enquanto militava no Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia, o qual era comandado militarmente pelo próprio Makhno –, na realidade havia passado voluntariamente para o lado dos bolcheviques.

Independente disso estar correto, tal fato estimulou reações de Emma Goldman e Alexander Berkman, do qual não há qualquer vestígio de trabalho concreto na Revolução Russa, mas apenas teórico, bem diferente de Makhno. Berkman acusou Makhno de estar sob o completo controle de Arshinov e de ter adotado uma postura militarista; apontou haver em Arshinov uma psicologia profundamente bolchevista e uma natureza arbitrária, dominadora e tirânica.

Fica claro que, entre os russos, a polêmica sobre a Plataforma – como frequentemente acontece nos ambientes de exilados, sempre divididos entre aqueles que querem fazer algo e outros que preferem criticar os primeiros – degenerou em querelas pessoais e ressentimentos, tendo, depois da realização de um balanço, poucos resultados. Aliás, daquele momento em diante, a Plataforma começou a ser considerada não a Plataforma do grupo Dielo Truda, mas a “Plataforma de Arshinov”, numa utilização daquela prática injuriosa à qual recorreram Marx e Lênin, e que com Stálin converteu-se num verdadeiro estilo de fazer política.

A polêmica encampada pelos italianos, pelo contrário, manteve-se num nível teórico mais decoroso. O grupo italiano de *Pensiero e Volontà*, após a referida carta do 1º de maio enviada pelos plataformistas – na qual, dentre outras coisas, propunha-se a criação de uma Federação Internacional dos Comunistas Anarquistas Revolucionários –, manteve distância. Não partilhava do espírito da Plataforma e considerava negativos os princípios da unidade teórica e tático-estratégica, porque levavam (obviamente!) à exclusão de outros grupos e impediam, assim julgava o grupo, a autonomia de pessoas e grupos.

O surpreendente é que este grupo, que fazia parte da União Anarquista Italiana (UAI), embora não partilhasse da posição ideológica e tática dos plataformistas, aceitou concretamente um dos elementos fundamentais da própria Plataforma: concluiu que era melhor que cada um seguisse seu próprio caminho em autonomia. Deste modo, foi por meio da utilização de um dos próprios princípios da Plataforma e contra ela que seus opositores demonstraram pelo menos um de seus méritos.

Houve também uma série de posições individuais. O juízo de Luigi Fabbri foi um tanto equilibrado.⁷ Embora reconhecesse o fundamento das críticas sobre o problema organizativo do movimento anarquista, Fabbri julgava que a “situação” ou a “função dirigente” dos anarquistas no movimento de trabalhadores reivindicada pela Plataforma podia ser compreendida como uma verdadeira e típica função de grupo dirigente, análoga àquela que existia nos partidos socialdemocratas ou bolcheviques. Ele não considerava suficiente, para superação desta crítica, o argumento de que a função de guia dos anarquistas deveria ser exercida somente por meio da influência no campo das ideias.

Fabbri já manifestava uma preocupação que, depois, em outros ambientes, tornar-se-ia uma obsessão – fosse ela sincera ou utilizada propositalmente para apartar o anarquismo do movimento de trabalhadores e da luta de classes. Esta preocupação é explicável, primeiramente, em função dos acontecimentos russos, mas também por interesses particulares, que um dia serão melhor analisados. Trata-se da preocupação que a função de guia, da qual falava a Plataforma, pudesse levar à uma direção real, realizando uma distinção antianarquista entre uma minoria dirigente e a maioria dirigida, ou seja, a conformação do estado-maior de um exército.

Vale observar que todas as críticas anarquistas à solução apresentada pela Plataforma, até hoje, não produziram qualquer alternativa crível para os problemas organizativos do movimento e para as questões “técnicas” envolvidas no almejado período revolucionário; nenhuma alternativa capaz de conjugar a salvaguarda dos princípios fundamentais do anarquismo com a possibilidade, à luz da experiência passada e presente, de conduzir a revolução ao êxito, contra os inimigos externos e internos. É mais fácil preconizar uma perfeição idealizada, esquecendo que ela “é alheia à vida”, como colocou o próprio Makhno.

Aliás, a hipótese de uma influência psicológica derivada dos acontecimentos russos surge em função de que, se ela não existisse, as posições antiplataformistas estariam desconsiderando os ilustres precedentes de Bakunin sobre tais questões, ainda que eles não tenham o nível de teorização encontrado na Plataforma. Estes precedentes

⁷ L. Fabbri. “Su un Progetto di Organizzazione Anarchica”, em *Il Martello*, 17-24 de setembro de 1927, Nova York.

– estigmatizados pelos marxistas, mas não pelos anarquistas – eram e são bem conhecidos pelo sinédrio⁸ informal dos críticos.

A bem da verdade, a Aliança Internacional da Democracia Socialista bakuniniana, que exigia dos aderentes uma posição especificamente socialista, foi criada para exercer um papel parecido com aquele proposto na Plataforma makhnovista para a União Geral dos Anarquistas. Enquanto existiu, a Aliança atuou, demonstrando que se tratava de algo possível, sem incorrer nos problemas temidos pelos antiplataformistas. E o próprio Bakunin demonstrou como as funções de guia e aconselhamento podem ser exercidas por meio da influência, sem coerção ou imposição.

Outra crítica de Fabbri apontava para a possível confusão entre organização anarquista (política) e organização dos trabalhadores (econômica), ou para o fato de que não havia uma distinção clara entre elas; em linhas gerais, ele considerava a Plataforma demasiado ideológica e pouco prática.

Bernerí criticou a Plataforma, sobretudo, porque considerava haver nela, como em Kropotkin, um excessivo otimismo em relação às massas, e que não levava adequadamente em conta os egoísmos pessoais e coletivos capazes de minar as iniciativas populares. “Deve-se abandonar o romantismo. [...] Não há o povo, homogêneo, mas multidões variadas, categorias. Não há vontade revolucionária das massas, mas momentos revolucionários nos quais as massas são enormes alavancas.”⁹

A INTERVENÇÃO DE ERICO MALATESTA

Errico Malatesta também participou da polêmica e, apesar do isolamento ao qual havia sido condenado pela polícia fascista, conseguiu receber uma cópia da Plataforma em francês. Em seu primeiro comentário¹⁰, tem-se a impressão de uma avaliação da Plataforma que não lhe é totalmente hostil. Malatesta, na verdade, concordava com a falta de influência teórica e prática do anarquismo e que este problema tinha origem na falta de uma “organização vasta, séria e eficaz”, ainda que esta fosse por ele definida, de modo um tanto reducionista, como prática de cooperação e solidariedade.

Partindo do pressuposto natural de que as propostas dos russos deveriam ser avaliadas em função de sua harmonia com os princípios anarquistas e de sua utilidade à

⁸ Na Palestina sob domínio romano, refere-se a assembleia de anciãos à qual eram atribuídas diversas funções políticas, religiosas, legislativas, jurisdicionais e educacionais. (N. E.)

⁹ C. Bernerí. “In Margine alla Piattaforma. Discussioni Anarchiche”, em *Lotta Umana*, nº 5, 3 de dezembro de 1927, Paris.

¹⁰ E. Malatesta. “Un Progetto di Organizzazione Anarchica”, em *Il Risveglio*, 1-15 de outubro de 1927.

causa anarquista, ele passou ao exame do documento, começando pela questão da organização. Segundo colocou, esta organização deveria ser: “livre, feita e mantida pela vontade dos associados, sem qualquer forma de autoridade, ou seja, sem que alguém tenha o direito de impor aos outros sua própria vontade”. Haveria uma “necessidade imperiosa de organizações verdadeiramente anarquistas que, dentro e fora dos sindicatos, lutem pela realização integral do anarquismo e tentem acabar com todos os germes de degeneração e reação”.

Entretanto, Malatesta não pensava que a organização esboçada na Plataforma estivesse em harmonia com os princípios anarquistas e considerava que ela estava permeada de um espírito autoritário. Profundamente convencido de que, numa organização, a ação livre dos indivíduos deveria ser conciliada com a necessidade e o prazer da cooperação – os quais teriam de ser estimulados por meio do desenvolvimento da consciência e da capacidade organizativa dos membros –, Malatesta considerava que tais elementos estavam ausentes da Plataforma. Para ele, havia ainda o perigo concreto de que fosse criado um organismo autoritário, envolvendo submissão a chefes.

Neste momento, Malatesta pontuou uma série de questões. A ideia de unir todos os anarquistas numa única coletividade ativa seria equivocada. A unidade de propósito e a comunhão de inimigos não pareciam suficientes para compensar a diferença de ambientes, de condições de luta, de formulações e de métodos entre os anarquistas. Isso que ele aponta está correto, mas é algo como arrombar uma porta aberta, visto que a Plataforma critica as organizações de síntese. A reivindicação de Malatesta sobre o direito de cada tendência organizar-se autonomamente, por um lado, vai no sentido proposto pela Plataforma e, por outro, deveria atestar – pela autoridade moral da fonte e pela absoluta normalidade da tese – a falta de fundamento da acusação de fomentar divisões no interior do movimento que, de vez em quando, ressurgue nas polêmicas contra a Plataforma e seus partidários.

Malatesta temia que os plataformistas quisessem monopolizar a verdade anarquista, em prejuízo de todos; mas, ao mesmo tempo, defendia a “mais ampla liberdade de crítica”, de “sustentar as próprias ideias e escolher os próprios companheiros”. Ou seja, a mesma coisa que era defendida na Plataforma. Deve-se destacar que os princípios estruturais da Plataforma não propõem a reunião de todos os anarquistas – como pode ser entendido, a partir da resposta de Malatesta –, mas de todos os elementos mais revolucionários e dotados de espírito crítico do anarquismo. Enfim, ele mesmo reconheceu que se deveria considerar “esta União Geral, proposta pelos

russos, pelo que ela realmente seria, ou seja a União de uma determinada fração de anarquistas”.

Em seguida, Malatesta *ex abrupto* mencionou, como se fosse algo evidente, o caráter autoritário do tipo de organização preconizado pela Plataforma, comparando-a a um governo e a uma igreja. Entram aqui em jogo tanto a estrutura interna da organização quanto o princípio da responsabilidade coletiva.

A passagem que agora vamos citar é muito importante como síntese e teorização de um tipo de organização que, independente de onde tenha sido adotada, conduziu o anarquismo à paralisia operativa e a um papel de testemunha estéril. Testemunho às vezes digno de respeito, mas sem efeitos práticos. Para Malatesta, a organização plataformista tinha o defeito – não remediável, a não ser que fosse radicalmente modificada – de ser

a negação absoluta de cada independência individual e de cada liberdade de iniciativa e de ação. [...] Se a União é responsável por aquilo que cada membro faz, como ela pode deixar aos membros singulares e aos vários grupos a liberdade de aplicar o programa comum da maneira que considerarem melhor? Como é possível ser responsável por um ato sem ter condições de o impedir? Por isso, a União – e para a União, o Comitê Executivo – deveria vigiar a ação de cada membro e prescrever o que cada um teria ou não de fazer; e visto que desaprovar *post eventum* não permite sanar a responsabilidade anteriormente aceita, ninguém poderia fazer coisa alguma antes de ter tido o consentimento, a licença, do comitê. E aliás, uma pessoa pode aceitar a responsabilidade das ações de uma coletividade antes de saber o que ela fará e se não pode impedir outras pessoas de fazerem aquilo que ela desaprova? [...] Seria preciso que todos tivessem, sempre e em cada caso, a mesma opinião. Agora, se é natural que todos estejam de acordo sobre os princípios gerais e fundamentais, porque caso contrário não estariam e nem permaneceriam unidos, não se pode pensar que seres pensantes tenham todos sempre a mesma opinião sobre o que convém fazer em todas as várias circunstâncias e em relação às escolhas das pessoas para cargos executivos e diretivos. [...] Se considerarmos “vontade da União” a vontade da maioria, formada nos congressos [...], nos congressos naturalmente participariam os representantes eleitos pelas maiorias dos grupos aderentes, e estes representantes decidiriam sobre o que se deveria fazer sempre por maioria dos votos. Então, na melhor das hipóteses, as decisões seriam tomadas pela maioria de uma maioria, a qual, enfim – particularmente quando as opiniões contrastantes forem mais que duas – poderia representar só uma minoria. [...] Sabe-se que os anarquistas não admitem os governos da maioria. [...] Os congressos de uma organização anarquista, embora como corpos representativos tenham todas as mencionadas imperfeições, estão isentos de autoritarismo porque não fazem a lei, não impõem aos outros as próprias deliberações. Estes congressos servem para manter e aumentar os vínculos pessoais entre os companheiros mais ativos, retomar e

fomentar os estudos programáticos sobre os percursos e os meios de ação, fazer com que todos conheçam as situações e as ações urgentes nas várias regiões, formular as opiniões correntes entre os anarquistas e fazer uma espécie de estatística. As decisões não são regras obrigatórias, mas sugestões, conselhos, propostas para todos os interessados, e não envolvem compromisso e execução senão para aqueles que as aceitam, e até quando as aceitam. Os órgãos administrativos nomeados nos congressos não têm nenhum poder diretivo, não possuem iniciativas senão em relação àqueles que as solicitam e aprovam. Não têm nenhuma autoridade para impor as próprias ideias, que eles seguramente podem defender e propagar como grupo de companheiros, mas que não podem apresentá-las como posição oficial da organização. [...] Numa organização anarquista, os membros individualmente podem [...] utilizar todas as táticas que não estejam em contradição com os princípios aceitos e que não prejudiquem a atividade dos outros.

Esta longa passagem, apresentada em suas partes mais fundamentais, pode causar perplexidade nos libertários de bom senso e com experiência histórica. Para uma mente mais “maliciosa”, ela pode indicar que não é um acaso o fato de Malatesta e o anarquismo italiano – diferente dos makhnovistas e, depois, dos espanhóis da CNT-FAI – não terem sido militarmente derrotados pelas forças da reação. Não se deve considerar, neste caso, a vitória militar dos esquadristas fascistas contra um inimigo incapaz de sublevar-se unido contra seu agressor. A vitória militar a ser considerada, no caso italiano, é aquela dos companheiros anarquistas e não anarquistas que defenderam a outra margem do rio Po, na cidade de Parma, contra as milícias fascistas de Ítalo Balbo, utilizando meios menos malatestianos e talvez mais makhnovistas, e que tiveram como resultado uma bela vitória após violentos dias de combates.¹¹

De qualquer modo, o texto de Malatesta aborda especificamente um dos problemas do movimento anarquista: como conviver com a formação de maiorias e minorias, e quais são os resultados dela derivados. No mundo anarquista persiste uma forte tendência de se afirmar a necessidade de alinhamento entre fins e meios. Para evitar confusões, que nem sempre são de boa-fé, um esclarecimento fundamental: os fins não justificam os meios e meios equivocados podem comprometer os fins.

¹¹ O autor refere-se a uma demonstração de força realizada pelo fascismo em 1922, na cidade de Parma, que era famosa pelo movimento operário combativo que se concentrava num bairro pobre, na outra margem do rio Po. Homens, mulheres e crianças do bairro ergueram barricadas contra a passagem dos fascistas. Foram dias de violentos confrontos armados, que terminaram com a retirada dos fascistas, consagrando uma estrondosa vitória para a formação dos “Audazes do Povo”, que reunia militantes de diversas correntes políticas com um único objetivo: derrotar o fascismo. O episódio pode ser comparado à Revolta de 34 dos integralistas na Praça da Sé, assim como o grupo “Audazes do Povo” pode ser comparado à Aliança Nacional Libertadora, guardadas as devidas especificidades históricas. (N. E.)

Dito isso, cumpre apontar que parece não haver muita consciência de que atuar e lutar numa (e contra uma) sociedade capitalista – que, em momentos de perigo, não hesita em despertar o golem fascista – exige a adoção de modalidades organizativas e de meios operativos que nem sempre são fruto de escolhas livres e autônomas, mas que frequentemente são condicionados pelas situações criadas pelo inimigo, ou determinados por sua própria existência.

A anarquia perfeita não está ali na esquina, e nem mesmo entre os próprios anarquistas. Não se trata, aqui, de relativizar os princípios anarquistas, mas, buscando ser realista e não cegamente dogmático, de enfatizar que aquilo que se realiza antes da revolução, e talvez mesmo depois, não é nem será totalmente perfeito.

O termo “princípio” refere-se ao fundamento de uma convicção, a uma maneira de atuar, ou seja, à regra teórica que influencia o comportamento. E a teoria – conforme a etimologia grega, na qual o termo tem origem – significa visão/contemplação; a adoção de quadros de referência, como fazem os navegadores em relação às estrelas. Em nenhum caso ela significa “transferência sem adaptação de um absoluto metafísico em devir da humanidade e em seus comportamentos situacionais”.

Alguém disse, poeticamente, que a anarquia é como o horizonte: ir na direção dela implica observar progressivamente seu afastamento. Mas os sacerdotes das purezas ideológicas – religiosas, morais e políticas – nem sempre compreendem os poetas.

Na vida social, a presença e a cooperação de outros faz com que seja variável e sempre diferente a dimensão daquele “poder fazer aquilo que eu quiser e como eu quiser”. Trata-se de uma limitação da minha liberdade? Mas, se minha própria sociabilidade de ser humano faz com que minha dimensão existencial não possa ser absoluta – ou seja, livre de toda “determinação” –, então como minha liberdade poderia ser? Não seria correto dizer que a exaltação da liberdade humana absoluta nasce de um esboço residual e idealista relacionado ao mito robinsoniano do “bom selvagem” ahistórico, senhor solipsístico de um “estado de natureza” que nunca existiu?

Por outro lado, na ausência de um léxico anarquista comum, é fácil observar que, no movimento, frequentemente se utilizam como sinônimos termos que, de modo algum, o são, algo que cria confusões dentro e fora das fileiras anarquistas. Amedeo Bertolo¹² tentou definir alguns termos e conceitos e distinguiu: 1.) *poder*, como função social reguladora ou conjunto de processos por meio dos quais uma sociedade

¹² A. Bertolo. “Potere, Autorità, Dominio”, em *Volontà*, nº 2, Milano, 1983, pp. 51-78.

estabelece sua regulação, produzindo normas e buscando que elas sejam respeitadas; 2.) *autoridade*, como assimetria de faculdades e capacidade de decisão, as quais são típicas de uma divisão social do trabalho complexa, realizada com base em funções e papéis diferenciados; 3.) *domínio*, como monopólio do poder por parte de uma minoria. O anarquismo, com base nesta conceituação, tem como objetivo a luta contra o domínio e preconiza sua destruição. Entretanto, poder e autoridade, conforme aqui definidos, são funções sociais neutras, inevitáveis mesmo numa sociedade libertária. Para melhor compreender esta questão, parece ser útil realizar uma breve digressão.

Há alguns anos, apareceu, num periódico libertário italiano, a tradução de um artigo interessante, que havia sido anteriormente publicado numa revista francesa, com o significativo título de “Anarquistas sem lei? Quem disse isso?”.¹³ Na realidade, pensar que uma sociedade sem poder é também uma sociedade sem normas jurídicas, é típico de muitos anarquistas.

O pensamento é livre, mas, para se concretizar, a supracitada conclusão necessita cumprir pelo menos dois requisitos não muito simples: todos os membros desta sociedade precisam ser anarquistas e não podem incorrer nos litígios existentes entre os anarquistas de ontem e de hoje!

Parece claro que, sem o cumprimento de um destes requisitos, em pouco tempo, o curso social das coisas, com a paz dos anarquistas “anômicos” – ou seja, teorizadores da ausência de normas jurídicas –, obrigaria que este problema fosse solucionado e, provavelmente, ofereceria espaço àqueles que propõem soluções realmente autoritárias.

O estabelecimento de princípios éticos de justiça, de regras e critérios de comportamento positivos ou negativos na sociedade libertária não foi negado pelo próprio Bakunin, embora, em seu Programa¹⁴, ele os tenha estabelecido de modo genérico. Isso porque as regras informais e implícitas – ou seja, aquelas que não estão estabelecidas – são muito perigosas para a liberdade de pessoas e grupos, e geram uma incerteza que pode facilmente se tornar origem de arbitrariedades. Este estabelecimento também é desejável no que tange à passagem revolucionária da dominação política para a democracia direta. O importante é que o processo de estabelecimento de princípios e normas seja realizado com amplitude e liberdade. Por fim, não se pode negligenciar o problema – o qual pode, também, envolver o exercício da coerção – da proteção da

¹³ A. Perrinjaquet, em *Libertaria*, nº 2, 2001, pp. 75-87.

¹⁴ “Programma della Fratellanza Internazionale Rivoluzionaria”, em D. Guérin. *Né Dio né Padroni*. Milano, 1977, p. 170.

sociedade e de seus membros das ações políticas criminosas ou simplesmente das ações criminosas e, do mesmo modo, da proteção dos criminosos das reações desproporcionais e não corretivas.

Dito isso, voltemos a Malatesta. Em sua rígida ótica voluntarista e “consensual”, se por um lado ele reconhece, em muitas situações da vida cotidiana, a necessidade objetiva das minorias adequarem-se à vontade da maioria, por outro lado, ele sublinha que isso deve ocorrer voluntária e reciprocamente!

E se não ocorrer? Visto que a pergunta não tem resposta, aqui também se deve abandonar o campo das especulações mais ou menos válidas e passar às experiências revolucionárias libertárias e concretas do século passado. Há mais para aprender com elas do que em muitos livros mais ou menos respeitáveis.

Na opinião de Malatesta, os plataformistas – que, evidentemente, não concordam que os congressos anarquistas devem ser “salões de discussão” –, no fim das contas, são companheiros sedentos pelo êxito e obcecados (eles!) pelo sucesso dos bolchevistas.

Pois bem, toda opinião é válida. Mas, para além da conversa fiada e dos sofismas, a resposta acerca de como, com base nas posições de Malatesta, são efetivamente possíveis a organização e a luta contra capitalistas, imperialistas e fascistas, não é, de forma alguma, um mistério: trata-se de algo simplesmente impossível, como os fatos demonstram.

A RESPOSTA DE ARSHINOV A MALATESTA

Em maio de 1928, Arshinov respondeu articuladamente a Malatesta nas páginas de *Dielo Truda* e não escondeu sua perplexidade, causada em função da posição tomada pelo velho revolucionário. O fato de Malatesta ter oposto-se à responsabilidade coletiva foi, para Arshinov, algo equivalente à recusa da organização como tal. Mais do que uma atitude polêmica, Arshinov muito provavelmente manifestou surpresa graças à conclusão de Malatesta ser incompatível com a existência de uma organização coesa constituída por todos seus aderentes. De fato, é bastante normal, senão óbvio, considerar que, se por um lado a organização é o conjunto de todos os seus membros, por outro, cada membro representa a organização com suas ações e é o responsável por elas.

Enfatizando outra obviedade, Arshinov especificou que os autores da Plataforma não tinham o objetivo de reunir as múltiplas e contraditórias tendências do movimento anarquista, mas, pelo contrário, pretendiam selecionar ideológica e politicamente as

tendências que fossem mais homogêneas e, concomitantemente, distingui-las dos elementos caóticos, pequeno-burgueses e liberais do anarquismo.

Arshinov contextualizou historicamente a reivindicação das práticas individuais e das ações de pequenos grupos, considerando-as normais numa fase inicial do movimento anarquista, tanto local quanto internacionalmente. Entretanto, criticou fortemente o fato de que, mesmo depois do crescimento da militância, isso não tenha sido modificado; os elementos anarquistas oriundos das massas trabalhadoras não foram reunidos “num coletivo ativo, capaz de guiar a luta organizada dos trabalhadores, a fim de concretizar as ideias anarquistas”.

Por isso, Arshinov questionava se a situação contemporânea permitiria, ainda, ao movimento anarquista, dar continuidade à sua existência mantendo as velhas estruturas, caracterizadas pela existência de grupos locais sem vínculos entre si e cada um atuando por sua própria conta.

Para ele, era um grande equívoco atribuir a derrota do anarquismo na Rússia à repressão bolchevista. Esta derrota, segundo entendia, devia-se, sobretudo, à impotência do próprio movimento anarquista. Mesmo em outras partes de Europa, em caso de uma revolução, se o anarquismo não solucionasse esses problemas, seria derrotado, como foi o caso na Rússia.

Sobre a questão específica da responsabilidade coletiva, Arshinov explicou com destreza que, se a União Geral dos Anarquistas é a união daqueles que compartilham princípios e programas fundamentais, isso significa que, enquanto houver esta comunhão, a atividade de cada um estará em harmonia com a atividade dos outros, assim como a atividade geral não poderá estar em contradição com a consciência e a atividade de cada militante. Da mesma forma, visto que a União não pretende avançar para a incorporação de outras organizações anarquistas, isso implica, concomitantemente, a confiança no fato de que a criação uma importante organização revolucionária comunista anarquista revelaria “as deficiências e o vazio das organizações tradicionais”.

Notava ainda Arshinov que atribuir, como fazia Malatesta, somente uma responsabilidade moral ao comportamento de indivíduos e grupos implicaria consequências incapazes de resistir à prova dos fatos. Isso porque, num movimento de certa consistência, a responsabilidade puramente moral e sem organicidade não teria qualquer valor. E se Malatesta, em coerência com seus pressupostos, considera que as

deliberações dos congressos anarquistas são simples “opiniões”, isso acaba com todo o valor destas deliberações e, em consequência, dos próprios congressos.

Sobre a questão da relação entre maioria e minoria, Arshinov foi breve, pois, se se quer agir, os problemas práticos só podem ser resolvidos pelo voto da maioria. Confrontando as teorizações abstratas do velho Malatesta, Arshinov afirmou firmemente que o aspecto “original da Plataforma e do grupo Dielo Truda consiste precisamente no fato de ambos descartarem os dogmas obsoletos e as ideias pré-fabricadas, esforçando-se, contrariamente, para levar a cabo sua atividade a partir de fatos reais e presentes”.

A RESPOSTA DE MAKHNO A MALATESTA

Em [1928], o próprio Makhno respondeu a Malatesta, destacando, sem papas na língua, que o velho italiano não havia compreendido o projeto contido na Plataforma, e que não havia dado importância ao princípio da responsabilidade coletiva porque este o assustava.

Com base em sua própria experiência de combatente, Makhno julgava aquela recusa perigosa para a revolução. Ainda que este princípio viesse sendo negligenciado, Makhno sustentava que ele era imprescindível para os comunistas anarquistas. Porque somente o espírito coletivo dos militantes, assim como sua responsabilidade igualmente coletiva, permitiria ao anarquismo moderno superar os erros do passado. Ele continuava, colocando perguntas precisas a Malatesta:

Não irei, nesta carta, alongar-me sobre as outras partes de seu artigo contra o projeto da Plataforma, no qual você vê “uma igreja e uma autoridade sem polícia”. Expressarei apenas minha surpresa por vê-lo usar tal argumento no curso de sua crítica. Tenho pensado muito a respeito e não posso aceitar sua opinião. Não, você não está certo. E visto que não estou de acordo com sua resposta, que utiliza argumentos demasiado levianos, acredito que tenho o direito de lhe perguntar: 1.) O anarquismo deve assumir alguma responsabilidade na luta dos trabalhadores contra seus opressores, o capitalismo e o Estado? Se não, você pode dizer por quê? Se sim, devem os anarquistas agir para que seu movimento exerça influência nas mesmas bases que a ordem social existente? 2.) Pode o anarquismo, no estado atual de desorganização em que se encontra, exercer qualquer influência, ideológica ou prática, em assuntos sociais e na luta da classe trabalhadora? 3.) Quais são os meios que o anarquismo deve adotar fora da revolução e quais são os meios que ele pode utilizar para provar e afirmar seus conceitos construtivos? 4.) O anarquismo precisa de organizações permanentes, intimamente ligadas entre si pela unidade de objetivos e de ação para alcançá-los? 5.) O

que querem os anarquistas dizer com “instituições para serem estabelecidas”, numa visão que garanta o livre desenvolvimento da sociedade? 6.) Pode o anarquismo, na sociedade comunista que concebe, passar sem instituições sociais? Se sim, como? Se não, quais deveriam reconhecer e usar, e com que nomes levá-las a existir? Devem os anarquistas assumir uma função de liderança e, portanto, de responsabilidade, ou devem limitar-se a ser auxiliares irresponsáveis?

A RESPOSTA DE MALATESTA A MAKHNO E A TERCEIRA INTERVENÇÃO DE MALATESTA

Enfim, Malatesta conseguiu receber a carta de Makhno e dar a sua resposta. Embora não tenha mudado de posição, pareceu mais aberto em relação à possibilidade de estarem havendo mal-entendidos, causados tanto pela tradução da Plataforma ao francês quanto pela utilização de termos que não eram completamente adequados.

Nesta resposta, sobre a responsabilidade coletiva Malatesta no máximo admitiu a possibilidade de interpretá-la no sentido de um simples acordo e da solidariedade que deveria existir entre os membros de uma associação. E não arredou o pé sobre o papel exclusivo por ele atribuído à responsabilidade moral individual, afirmando:

Certamente, eu aceito e apoio a visão de que qualquer um que se associa e coopera com outros por uma causa comum deve: coordenar suas ações com a de seus companheiros e não fazer nada que prejudique a ação dos outros e, portanto, a causa comum; respeitar os acordos feitos – exceto quando pretendem deixar a associação por diferenças de opinião, mudança de circunstâncias ou conflito sobre métodos escolhidos, o que torna a cooperação impossível ou imprópria. Assim, eu sustento que aqueles que não sentem nem praticam tais deveres têm de ser expulsos da associação.

Talvez, falando de responsabilidade coletiva, você se refira precisamente ao acordo e à solidariedade que devem existir entre os membros de uma associação. Se é assim, sua expressão implica, na minha visão, um uso incorreto de linguagem, mas isso seria apenas uma questão irrelevante de fraseologia e logo alcançaríamos a concordância.

A questão realmente importante que você levanta em sua carta diz respeito à função (“o papel”) dos anarquistas no movimento social e ao modo como querem desempenhá-la. Esta é uma questão de base, da razão de ser do anarquismo, e é preciso ter bem claro o que o outro quer dizer.[...]

Mas, quando vejo que na União que você apoia existe um Comitê Executivo para dar direção ideológica e organizacional para a associação, assalta-me a dúvida de que vocês também gostariam de ter, no movimento geral, um corpo central que ditaria de maneira autoritária o programa teórico e prático da revolução.[...]

Sua organização ou seus órgãos administrativos podem ser compostos por anarquistas, mas eles se tornariam nada mais do que um governo.

Referindo-se ainda à Plataforma, Malatesta escreveu posteriormente uma carta ao grupo anarquista do 18º *arrondissement* de Paris, que foi publicada em abril de 1930 no periódico parisiense *Le Libertaire*. Este grupo de anarquistas havia declarado seu apoio ao princípio da responsabilidade coletiva, colocando-o como base de toda organização séria.

As considerações críticas feitas naquela ocasião encerraram a discussão por parte de Malatesta, não tanto em termos temporais, mas principalmente substanciais, visto que elas expressavam, definitivamente, que ele e os makhnovistas faziam agora parte de dois mundos que não se entendiam mais. A responsabilidade coletiva é considerada por ele, sem papas na língua, como

uma expressão que me parece mais apropriada numa caserna do que num grupo anarquista. [...] Uma “responsabilidade coletiva” que, se não é submissão cega de todos à vontade de alguns, é um absurdo moral em teoria e, na prática, a irresponsabilidade geral. [...] A responsabilidade moral (pois no nosso caso não pode senão tratar-se de responsabilidade moral) é individual pela sua própria natureza. Apenas o espírito de dominação, nas suas diversas manifestações políticas, militares, eclesásticas, etc. pode ter considerado responsáveis homens por aquilo que estes não fizeram voluntariamente.

Em 1933, houve um acontecimento que, traumáticamente, em função de suas consequências e das “evidências” negativas atribuídas à Plataforma por seus críticos, terminou por encerrar esta fase do debate sobre o assunto. Arshinov, clara e profundamente decepcionado com a recepção negativa da Plataforma por parte dos maiores expoentes do anarquismo europeu, rompeu formalmente com o anarquismo e voltou à URSS. Lá, foi morto em 1937, durante os expurgos stalinistas, acusado de estar tentando restaurar o anarquismo naquele país.

Naquela altura, com evidente objetivo de difamação, a Plataforma passava a ser chamada por seus detratores de “Plataforma de Arshinov”.

Também houve uma confusão, que envolveu o linchamento moral de Arshinov. O historiador anarquista Max Nettlau¹⁵ agradeceu ironicamente Arshinov por ter acabado com a discussão da Plataforma desta maneira. E Berneri chegou a escrever o epitáfio de Arshinov antes de sua morte:

¹⁵ M. Nettlau. “De la ‘Plateforme’ au Contact avec le Gouvernement Proletarien d’URSS”, em G. Cerrito, op. cit., pp. 356-360.

Como seria melhor se você tivesse morrido como militante da “*makhnovitchina*”! Teria morrido de pé e ainda estaria vivo, como estão todos os heróis e mártires. Dessa maneira, você é uma nulidade, que não poderá sequer repercutir por conta própria. Enfim, você agora é a cartucheira de Stálin.¹⁶

No entanto, a questão platiformista não se encerrou com a volta de Arshinov à URSS. Isso porque a Plataforma continua a ser uma referência, conforme dito anteriormente, para novos e velhos grupos anarquistas. Inclusive, como notou Adriana Dadà:

Deve-se admitir que a Plataforma constituiu a primeira reflexão positiva sobre a derrota internacional sofrida pelos anarquistas nos anos 20, além de ter suscitado entusiasmo e motivado adesões em algumas federações, como a francesa e a búlgara. Obviamente, isso animou o debate no ambiente libertário italiano. Um grupo de militantes aderiu à iniciativa, criando a primeira seção italiana deste novo organismo. Num juízo equilibrado, Fabbri apontava que a Plataforma havia colocado “em discussão alguns problemas relativos ao movimento anarquista, à posição que os anarquistas devem ocupar na revolução, à organização do anarquismo nas lutas; problemas que precisam ser resolvidos se quisermos que a doutrina anarquista continue a responder às exigências da luta e da vida social no mundo contemporâneo”. Porém, mesmo que a maioria do movimento italiano reconhecesse em si alguns dos erros identificados no documento, recusava-se a modificar as indicações organizativas, indispensáveis para um novo rumo. A falta de resposta positiva a este ponto essencial constitui uma das principais causas do declínio da presença anarquista na luta de classes da Itália.¹⁷

O PODER POPULAR

Felizmente, a Plataforma não tratou, de maneira totalmente explícita, de uma questão que os revolucionários, incluindo os anarquistas, vivenciaram e solucionaram com naturalidade durante os períodos revolucionários na Ucrânia e na Espanha. Ela vem sendo hoje retomada, sem falsos pudores e seriamente, pelos companheiros dos grupos organizados no continente americano: trata-se da questão do poder popular. O que, para utilizar uma terminologia antiquada, é sinônimo de democracia proletária, embora numa dimensão libertária.

Considerando as polêmicas causadas pela Plataforma, é fácil imaginar (céus!) o alvoroço que teria sido causado se esta questão tivesse sido abordada. Ainda hoje,

¹⁶ C. Berneri. “Due Parole a Pietro Archinoff”, em *L'Adunata dei Refrattari*, nº 40, 5 de outubro de 1935, pp. 6-7.

¹⁷ “Gli Anarchici Italiani fra Guerra di Classe e Reazione”, em *Storia della Società Italiana*, vol. 21, Milano, 1982, p. 406.

quando ela é abordada, as vestais do anarquismo têm sentimentos que unem horror e espanto.

Sobre este assunto devemos ser extremamente claros. Não só o projeto da Plataforma, mas toda a experiência protagonizada pelos companheiros na Ucrânia e na Espanha, demonstram que a derrubada das estruturas sociais e econômicas capitalistas e estatistas implica a utilização da violência e da coerção de massas contra os defensores da velha ordem. À ação revolucionária ofensiva segue sempre, por uma força inevitável das coisas, uma ação de defesa das conquistas da revolução, tão ou mais violenta, e que se insere num quadro de guerra civil.

Os acontecimentos revolucionários dos 1900 – e as terríveis consequências surgidas da óbvia reação armada de capitalistas, reacionários e fascistas – evidenciaram a profunda ingenuidade das concepções que, por exemplo, um Malatesta tinha sobre a revolução.

Embora os companheiros espanhóis tenham voluntariamente se colocado numa armadilha ideológica, em função do medo de instaurar uma “ditadura anarquista” – e, aqui, eles utilizam uma abordagem conceitual equivocada – e, por isso, não tenham destruído as estruturas estatais e burguesas remanescentes e instaurado radicalmente o comunismo libertário, permanece o fato de que as grandes coletivizações em Catalunha e Aragão – o mais importante experimento de reconstrução revolucionária na história do movimento dos trabalhadores –, com certeza não foram realizadas com base nos métodos de Malatesta.

Se, nas zonas controladas pelos anarquistas, a abolição da exploração do homem pelo homem deixava possibilidades de ação àqueles que se recusavam a fazer parte das estruturas coletivas, a ordem revolucionária fundava-se na democracia direta e no povo em armas, um fator completamente coercitivo. Ela buscava impedir que os inimigos de classe causassem danos ao processo, recorrendo inclusive ao fuzilamento e, em Barcelona, constituindo a indispensável atividade de inteligência contra as “quintas colunas”. Dizia Shakespeare que a rosa continua com seu perfume mesmo que modifiquemos seu nome. Se não tivermos medo dos termos, o que aqui se discute é o poder popular, a democracia proletária; podemos chamá-lo de “Pippo”, mas sua substância permanecerá a mesma.

Para quem não tem medo dos termos, diremos que o poder popular nasce fisiologicamente de uma revolução comunista libertária, e que não envolve uma “ditadura anarquista” e nem da “ditadura do proletariado” marxista-leninista. Para os

comunistas anarquistas, trata-se do poder autônomo dos trabalhadores revolucionários que decidiram e tiveram a possibilidade de acabar com a exploração do Estado, das classes dominantes e de seus agentes e cúmplices, e de organizar-se em realidades coletivas e federadas baseadas na democracia direta, solidárias e igualitárias, garantindo a liberdade num quadro de ausência da exploração do homem pelo homem.

Notava Castoriadis, em relação aos seus conceitos fundamentais de autonomia e democracia, que o autogoverno realiza-se pela criação das próprias leis, o que também significa participação coletiva no poder, enquanto poder instituinte, em condições de garantir a cada um a necessária autonomia, num regime de democracia da autoinstituição. Além disso, Castoriadis lembrava que

não pode haver sociedade sem poder; sempre será necessário resolver as controvérsias ou estabelecer os casos de transgressão da lei social, assim como será necessário tomar decisões referentes à totalidade dos membros da sociedade em relação àquilo que se deve o não fazer; ou seja, instituir leis. [...] Sempre serão necessárias as leis – limitações à ação humana coletivamente estabelecidas –, as quais certamente poderão ser interiorizadas pelo indivíduo em sua socialização, mas que nunca poderão ser completamente interiorizadas pelo indivíduo, a ponto de tornarem-se intransgressíveis.¹⁸

É no delicado campo das modalidades de execução das leis coletivamente estabelecidas que se encontra a distinção entre as sociedades libertárias e as não libertárias.

Antes de 1917, ainda era possível pensar, ingenuamente, a revolução como um cataclismo catártico, realizável num curtíssimo espaço de tempo. Depois disso, esta ideia tornou-se um disparate ou, pior, uma perigosa extravagância que conduz ao desastre. Aliás, não se pode chegar ao processo revolucionário – ou seja, à fase de ruptura da ordem estatista e capitalista – sem a realização prévia da construção de um contrapoder popular, por meio da luta e da auto-organização das massas. Após a vitória da revolução – ou melhor, desde seu início –, é fundamental construir um determinado caminho rumo à uma sociedade anarquista, a qual pode não ser perfeita, mas deve, pelo menos, estar bem estabelecida. A alternativa a isso é a repetição do erro dos companheiros espanhóis em 1936, que não derrubaram logo, e quando tinham a força necessária, a estrutura do Estado.

Isso não significa defender teoricamente um “período de transição” posterior à revolução – um buraco negro em que se escondem todas as possíveis sabotagens ocultas

¹⁸ *La Rivoluzione Democratica. Teoria e progetto dell'auto-governo*. Milano, 2001, pp. 100-101.

à revolução – ou um “programa mínimo” para a primeira fase da revolução – que promove, por meio da razão habitual do bom burguês, uma situação análoga ao andar de um caranguejo. Sobre este assunto, a Plataforma é extremamente clara:

Em vez dos programas políticos mínimos, os anarquistas defenderam sempre e somente a ideia de revolução social, que privaria a classe capitalista dos privilégios políticos e econômicos e passaria os meios e os instrumentos de produção, assim como todas as funções da vida econômica e social, às mãos dos trabalhadores.

Defender uma fase de transição significa renunciar à construção imediata do comunismo libertário, assumindo que ele não será mais possível; e um “programa mínimo”, por si mesmo, implica reformismo.

Não é um acaso que as polêmicas suscitadas pela Plataforma praticamente não tenham tido repercussão no anarquismo ibérico que, desde o início, foi inspirado pelas posições de Bakunin, e desenvolveu-se de modo mais específico e homogêneo que o anarquismo continental. Foi por este motivo que, frequentemente, durante o segundo pós-guerra na Itália, alguns companheiros foram acusados de “espanholismo”; tratava-se daqueles que identificavam ou buscavam identificar alternativas precisas para o estado de amorfia e dissipação de energias – energias estas que existiam como potência –, característico das organizações sintetistas isoladas do movimento dos trabalhadores e das lutas reais.

O anarquismo ibérico encontrava-se bastante vinculado à realidade sindical, com a CNT na Espanha e a CGT em Portugal. Ademais, havia organizações específicas bem articuladas. Não é coincidência que, em julho de 1927, foi formalmente constituída a Federação Anarquista Ibérica (FAI), específica por excelência. Não há notícias de contribuições espanholas ao debate da Plataforma, a qual provavelmente não influenciou o grupo anarquista Solidários – que contava, dentre seus membros mais conhecidos, com Durruti, García Oliver e Aurélio Fernández –, que simplesmente constatou haver uma coincidência de pontos de vista.¹⁹

É interessante notar que, na polêmica sobre a Plataforma, as referências feitas por Fabbri, Faure ou Malatesta ao anarcossindicalismo dizem respeito essencialmente às experiências alemãs, russas, argentinas, etc. As experiências ibéricas não são sequer consideradas em segundo plano: elas são simplesmente desconsideradas. Contudo, estas experiências contavam com um movimento bem estabelecido entre as massas, num

¹⁹ J. Gómez Casas. *Historia de la FAI*. Madrid, 2002.

nível que em nada se assimilava às outras experiências europeias do anarquismo. Perto das experiências ibéricas, a presença bolchevique era irrisória; ademais, há muito tempo a maioria dos militantes tinha apreendido a “diluir” seus impulsos individualistas na ação coletiva que, por meio da luta de classes, deveria conduzir ao comunismo libertário.

Naquela altura, o problema do anarquismo ibérico não era fazer chegar ao mundo do trabalho sua influência, mas trabalhar para ampliá-la. Por isso, os problemas apontados pela Plataforma apenas tangenciavam o anarquismo ibérico. Naturalmente hoje, depois da tabula rasa promovida pelo fascismo e pelo stalinismo na Espanha e em Portugal, a situação é totalmente diferente.

O MANIFESTO COMUNISTA LIBERTÁRIO

Em termos teóricos, um desenvolvimento ulterior da Plataforma makhnovista foi realizado no Manifesto Comunista Libertário, de Georges Fontenis.²⁰

Esse documento também afirma, vigorosamente, a origem classista do anarquismo. E não somente isso; ele nega que o anarquismo possa assemelhar-se a uma filosofia ou a uma ética abstrata ou individualista – cuja referência encontrar-se-ia no homem em geral, um conceito tão abstrato quanto o de cidadão – e deixa claro que o anarquismo “existe como teoria revolucionária somente a partir de Bakunin”. Isso é feito com base numa rigorosa distinção em relação a pensadores precedentes que, independentemente de algumas reflexões interessantes sobre a sociedade e o Estado, permanecem fora do anarquismo, como no caso de Godwin, Stirner etc.

Em relação à revolução, rejeitando tanto as posições espontaneístas quanto as voluntaristas – estas que veem na vanguarda a única possibilidade da iniciativa revolucionária –, o Manifesto assume como algo inevitável aquele fenômeno objetivo da vida real, a relação entre massas e vanguarda revolucionária. O Manifesto utiliza o

²⁰ Georges Fontenis (1920-1992), comunista anarquista e docente. Durante a Segunda Guerra Mundial foi ativo nos sindicatos clandestinos. A partir de 1945, ele fez parte da Fédération Anarchiste (FA), fundada naquele mesmo ano, da qual foi secretário geral entre 1946-48 e 1950-53, e diretor do periódico *Le Libertaire*. Fundou e guiou a Organisation-Pensée-Bataille (OPB), um pequeno grupo secreto no interior da FA que rapidamente assumiu o controle da FA em várias regiões da França. Seu Manifesto Comunista Libertário foi adotado em 1953 pela FA no Congresso de Paris, e a FA passou a chamar-se Fédération Communiste Libertaire (FCL). Existiu até 1957, tendo Fontenis como líder até 1956. Em 1957, ele foi preso em função de agitações contra a guerra na Argélia. A partir de 1958 foi membro da equipe editorial de *La Voie Communiste* e, em 1969, com Daniel Guérin, reuniu velhos e novos grupos anarquistas no Mouvement Communiste Libertaire (MCL). Em 1971, uma parte do MCL, juntamente com a Organisation Révolutionnaire Anarchiste (ORA), fundiu-se na Organisation Communiste Libertaire.

termo vanguarda sem medos reverenciais – os quais, em geral, relacionam-se a dogmas pré-fabricados –, dando a ele seu preciso significado “posicional”.

O conceito de vanguarda encontra-se desenvolvido, pois não se pode simplesmente dizer “a classe deve ter prioridade em relação ao partido” sem uma explicação. Além desta questão, os aspectos fundamentais e característicos do Manifesto são: 1.) os princípios internos da organização revolucionária ou partido (outro termo que é um tabu para muitos anarquistas); 2.) o caráter do comunismo libertário; 3.) a revolução e o chamado período de transição; 4.) o poder revolucionário e a defesa da revolução.

Por meio da discussão destas questões, o Manifesto complementa e elucida a Plataforma do grupo Dielo Truda e, com isso, constitui um corpus de base para a práxis teórica dos comunistas anarquistas.

a.) A relação massa/vanguarda

Esta relação – e com ela, a própria questão da organização revolucionária – surge da situação objetiva de desenvolvimento desigual e de coesão insuficiente das massas. Sem desconsiderar os conhecidos perigos da degeneração das vanguardas, o Manifesto explica que, se quisermos evitar a formação de um poder sobre as massas,

o papel de guia das vanguardas deve ser orientado para formular e expressar uma orientação ideológica, organizativa e tática bem determinada, com base nas aspirações e nas experiências das massas [...], permitindo o desenvolvimento da responsabilidade política das massas, ou seja, sua capacidade de auto-organização.

Ao passo que recorda as formas de exercício do papel de vanguarda dos anarquistas, o Manifesto recomenda o trabalho nos organismos de massa e a propaganda direta.

Os organismos de massa são basicamente de dois tipos: i.) de natureza econômica; ii.) culturais, assistenciais, lúdicos etc.; E, nestes dois casos, é necessária a presença ativa e coordenada dos militantes revolucionários anarquistas.

A vanguarda revolucionária anarquista organizada deve ter como objetivos tornar-se a consciência crítica do proletariado e desenvolver a capacidade de autoconsciência e de autogoverno das massas. Isso, porque, se não houver organização dos revolucionários e/ou as massas desistirem da participação ativa, os destinos de toda a atividade revolucionária estarão comprometidos.

Aliás, quanto se levam em conta os constantes medos, existentes entre os anarquistas, acerca da possibilidade de degeneração das vanguardas, normalmente não se considera um importante dado. Sempre que grupos anarquistas deste tipo foram formados, em geral não ocorreu esta degeneração, ou ocorreu em grau muito menor que em outras realidades, particularmente as marxistas. Surge, assim, espontaneamente, uma questão. Se, evidentemente, há anticorpos contra este vanguardismo entre os membros da organização anarquista revolucionária e as massas por ela orientadas – sejam elas pequenas ou grandes –, e se estes anticorpos não estão presentes em outros ambientes – nos quais as massas são acriticamente guiadas pelas vanguardas, delegando “irrevogavelmente” sua faculdade de pensar –, então o verdadeiro problema não está nas vanguardas enquanto tais, mas no problema de como fazer com que o anarquismo atraia a maior quantidade possível de pessoas e reduza o domínio das vanguardas autoritárias sobre seus partidários.

Em grande medida, trata-se de um problema que envolve propaganda, presença e organização de forças.

b.) Os princípios internos da organização

Neste aspecto, o Manifesto bebe, mais do que em qualquer outro caso, na fonte da Plataforma, preconizando unidade teórica, unidade tática e método de ação coletiva, disciplina livremente aceita e federalismo ou democracia interna. Ele explica que tal disciplina não envolve “nenhum aparato de coerção que obriga a aceitação de um ponto de vista não partilhado por toda a organização: há somente o respeito aos compromissos livremente assumidos, tanto por parte da minoria quanto da maioria”.

c.) O caráter do comunismo libertário

Do ponto de vista econômico, o Manifesto não pode senão recorrer ao princípio “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”; fórmula que, para ser concretizada, tem como pressuposto o desaparecimento das classes sociais. Isso, porque, repartir com base nas necessidades seria impossível sem a posse e a exploração coletiva dos meios de produção.

Mas, a possibilidade efetiva de cada um receber com base em suas necessidades implica, também, a abundância, que será conseguida com altos níveis de produção. Este estágio superior do comunismo marca o cume de um percurso social, que parte necessariamente de uma situação de igualdade de retribuições ou de condições, de modo

que seja possível repartir igualitariamente os produtos que não forem tão escassos para terem de ser racionados e nem tão abundantes para serem desfrutados ao máximo. A revolução comunista libertária não realiza, desde o início, uma sociedade perfeita e altamente desenvolvida, mas destrói as bases da exploração, da dominação. É neste sentido que Volin falava de “revolução imediata, mas progressiva”.

A forma de gestão da sociedade comunista libertária não pode consistir no “Estado operário ou proletário”, concebido por várias escolas marxistas e leninistas; trata-se, distintamente, da gestão operária, da gestão dos próprios produtores,

que organiza e realiza a administração, o autogoverno, a verdadeira democracia, a igualdade econômica livre, a supressão dos privilégios das minorias dirigentes e que leva em conta as necessidades econômicas e de defesa da revolução. [...] Não se trata mais de dominação, de hegemonia de uma classe, mas de gestão e administração no nível político e econômico realizadas pelos organismos de massa, pelas comunas, pelo proletariado armado. O poder direto do povo não é um Estado. [...] É simplesmente a verdadeira democracia revolucionária.

d.) A revolução e o chamado período de transição

O conflito entre as novas ideias e as velhas instituições cria uma situação de crise que, perdurando, leva à formação das bases de uma nova sociedade no seio da antiga, e a revolução constitui o momento em que nasce a nova sociedade, destruindo os fundamentos da antiga – ou seja, trata-se da crise final do regime. A revolução não é uma insurreição sem preparação e nem um processo gradual. A linha divisória entre os dois mundos é estabelecida pelo ato revolucionário insurrecional do proletariado contra a burguesia, ato este que é preparado durante um longo período e que se conclui com a destruição do Estado e “a tomada e a gestão dos meios de produção e troca pelas organizações de massa”. O que também implica, além da eliminação física dos velhos dirigentes, a destruição do poder político e econômico da burguesia, e a liquidação das instituições jurídicas do Estado.

O Manifesto rejeita o período de transição, no sentido que lhe é dado pelo jargão marxista-leninista, ou seja, como uma fase em que uma sociedade, que rompeu com o velho estado das coisas, conserva vigentes elementos do antigo sistema capitalista e estatista. Isso é uma negação pura e simples da própria revolução.

Mas se este termo estiver indicando a passagem para a sociedade sem classes, então ele é inútil, visto ser um sinônimo desnecessário e confuso do ato revolucionário, conforme anteriormente conceituado. E mesmo se estiver indicando a passagem para a

fase superior do comunismo, ele é igualmente inútil, porque todo o período pós-revolucionário constitui um processo de evolução da sociedade comunista, cujas bases já foram radicalmente modificadas.

e.) O poder revolucionário e a defesa da revolução

A ação direta revolucionária precisa de coordenação. Deve-se: tomar posse dos meios de produção e troca e dos centros de administração, combater a velha burguesia e defender a revolução contra os setores contrarrevolucionários, os hesitantes e os exploradores.

Trata-se, certamente, do exercício de um poder, mas de um poder da maioria, do proletariado em ação, do povo em armas, que se organiza eficazmente para o ataque e para a defesa, instituindo uma vigilância generalizada. A experiência da Revolução Russa, da makhnovitchina, da Espanha em 1936 o comprovam. Não podemos deixar de levar em conta a posição de Camillo Berneri, que escreveu, em plena Revolução Espanhola, recusando a concepção bolchevista de Estado: “Os anarquistas admitem o uso de um poder político por parte do proletariado, mas entendem este poder político como o conjunto dos sistemas de gestão comunista dos organismos corporativos, das instituições comunais, regionais e nacionais livremente constituídas, fora e contra o monopólio político de um partido e que tenda à mínima centralização administrativa.”

Portanto, opomo-nos ao conceito de Estado, em que o poder é exercido por um grupo especializado, isolado das massas. Mas defendemos a noção de um poder operário direto, em que os responsáveis e os delegados são eleitos e controlados, revogáveis a qualquer momento e remunerados como os outros trabalhadores, substituindo a burocracia especializada, hierárquica e privilegiada; em que as milícias são controladas pelos organismos de gestão (soviets, sindicatos, comunas etc.), sem privilégios para os técnicos militares e com o povo em armas, substituindo o exército separado do corpo social e submetido ao arbítrio do poder do Estado ou do governo; em que os júris populares têm a tarefa de julgar os conflitos relativos aos contratos e aos compromissos assumidos, substituindo a repressão judiciária da burguesia.

Em termos bem realistas, o Manifesto observa que o problema da defesa da revolução só termina quando esta tiver vencido internacionalmente; isso, se não quisermos incorrer nas piedosas e perigosas ilusões, algo que a cotidianidade da política nos ensina.

Mas em vez de uma revolução generalizada no exterior, pode ser que aconteçam – no menos pior dos casos – revoluções sucessivas que não levem a uma revolução generalizada. Isso significa que, neste caso, a defesa externa deve juntar-se à defesa interna da revolução, utilizando como instrumento o povo em armas organizado em suas

milícias, sem ceder à tentação de recorrer aos exércitos tradicionais, ainda que pintados de uma cor “popular”.

Em seguida, o Manifesto encara um problema delicado, real e não desprezível: aquele da delinquência, o qual é reiteradamente “resolvido” por vários anarquistas recorrendo às hipóteses/esperanças ingenuamente idealizadas.

Esse problema é oportunamente assimilado – em função de suas consequências sobre a vida diária das massas que fizeram ou apoiaram a revolução – à questão da defesa interna da revolução.

O desaparecimento dos direitos burgueses e dos métodos judiciários e penitenciários da sociedade de classes não deve nos fazer esquecer que permanecerão ainda os casos das pessoas antissociais – embora eles sejam pouco numerosos em relação ao número dos prisioneiros na sociedade burguesa, que são produzidos, na maioria dos casos, pelas condições sociais de vida: injustiça social, miséria, exploração – e de alguns elementos completamente irrecuperáveis da burguesia. Os órgãos do poder direto das massas [...] têm a obrigação de impedir que estas pessoas causem danos e que sejam controladas.

Não se pode, sob o pretexto da liberdade, deixar livres e prontos para a reincidência um homicida, um desequilibrado perigoso ou um sabotador. Mas colocar pessoas assim nas prisões dos serviços populares de segurança não é a mesma coisa que usufruir do degradante regime prisional da sociedade de classes. O indivíduo privado de liberdade deve ser tratado mais em termos de reeducação do que judiciários, para que ele possa ser reinserido na sociedade sem causar danos.

Outra delicada questão tratada no Manifesto refere-se à inevitável relação que surge entre a revolução e suas exigências de consolidação/desenvolvimento, de um lado, e a persistência de opiniões políticas contrárias, por outro, ainda que estas posições contrárias não necessariamente se expressem em termos de luta armada contrarrevolucionária.

Tal questão não diz respeito àqueles que defendem a sociedade sem Estado e sem classes, mas que têm posições sobre assuntos cotidianos que não coincidem com as de outros companheiros. Neste caso, a liberdade deve ser absoluta e estar fora de discussão. A questão refere-se a outras pessoas, incluindo os pseudossocialistas. Com os pés no chão e referindo-nos às experiências revolucionárias concretas, seja na Ucrânia makhnovista ou na Espanha libertária de 1936, é necessário fazer uma distinção entre o período em que está em curso a luta revolucionária contra a ação violenta daqueles que querem destruir a revolução e as suas conquistas, e o período posterior à completa derrota destas forças contrarrevolucionárias.

No primeiro período, como ocorreu nas mencionadas experiências, não pode haver espaço, muitas vezes nem físico, para aqueles que sejam antirrevolucionários, pois não são razoavelmente pensáveis as liberdades de sabotagem, espionagem, desmoralização e perturbação em proveito dos inimigos. No segundo período, cabe obviamente aos organismos populares da revolução distinguir, em cada caso, entre as expressões puramente ideológicas de posições contrárias à ordem revolucionária e as atividades reacionárias organizadas, que podem minar a sociedade nascida da revolução.

ENFIM

Os antiplataformistas de ontem e de hoje – período em que a situação do movimento seguramente não é melhor do que a dos anos 20, embora seja menos sangrenta – ainda não querem responder plenamente algumas questões que foram colocadas por sua própria hostilidade à Plataforma.

Esquemmatizando, o anarquismo compõe-se de três tendências: 1.) o individualismo; 2.) os defensores da organização, mas desde que ela seja leve o suficiente para nem ser percebida (organização-sigla); 3.) os comunistas anarquistas organizados em realidades específicas. Três componentes de uma galáxia; ou, talvez, com um pouco de pretensão, três galáxias de um sistema. O termo “galáxia” aqui não é utilizado por esteticismo poético, mas para introduzir metaforicamente um conceito. As diversidades entre estas tendências são notáveis, embora existam alguns pontos de partida e de chegada comuns.

Mas mesmo em relação aos pontos de chegada, a discussão permanece aberta. Um anarquista individualista pode mesmo ter dificuldades em integrar-se numa sociedade organizada em termos comunistas libertários. Mas, considerando as respectivas características de cada tendência, as questões que continuam sem resposta dirigem-se ao segundo grupo de anarquistas: o daqueles que defendem a organização frágil e flexível, ou seja, sintetista. Particularmente àqueles que não renunciam a um anarquismo classista, deve-se perguntar:

1.) Como é possível incidir sobre as classes trabalhadoras para impulsionar, com elas, um projeto comum de emancipação social radical?

2.) Que alegação dogmática impede que os comunistas anarquistas organizem-se livremente, tal como previsto na Plataforma, e, com a mesma liberdade, consigam impulsionar um projeto em comum, mesmo que, em relação a questões não fundamentais, eles manifestem diversidades dialéticas?

3.) Por acaso a história do anarquismo demonstra um afastamento radical daquela disciplina que sempre foi praticada pelos anarquistas que – não se limitando a falar, polemizar e hipercriticar – protagonizaram as revoluções anarquistas do século passado? Se sim, devemos corajosamente concluir que vários companheiros – tais como Makhno e seus camaradas, e os espanhóis da CNT-FAI, como Ascaso, Durruti, Jover, Mera etc. – não eram anarquistas. Mas, neste caso, o que eram eles então?

4.) Por que um anarquista não pode elaborar com outros companheiros um determinado binômio tático/estratégico e respeitá-lo?

5.) Por que julgar negativamente a Plataforma se ela promove aquilo que há de melhor para atrair ao anarquismo classista militantes das classes trabalhadoras?

6.) Está realmente demonstrada a maior capacidade do anarquismo dos círculos testemunhais²¹ para um projeto de luta revolucionária?

7.) Sem uma organização do tipo esboçado na Plataforma, como é possível desenvolver instâncias anarquistas entre as classes trabalhadoras e os sindicatos? Esperando uma geração espontânea?

8.) E não é que surge, neste momento, um elemento inconsciente, mas bastante ativo, *mutatis mutandis*, do velho mundo marxista-leninista e socialdemocrata?! Sentir-se anarquista numa sociedade burguesa tem seus incômodos e seus perigos, mas é, de certo modo, existencialmente possível, se isso se tratar de algo mais que uma mera euforia juvenil. Mas, isso ainda seria assim numa sociedade libertária?

A última pergunta não é boa, embora tenha sua razão de ser. Para além de todo falatório e das toneladas de papel escritas em dois séculos de história, uma sociedade pós-revolucionária hegemônica pelo anarcoindividualismo ou pelas organizações frágeis teria vida breve, e logo se tornaria presa fácil da contrarrevolução, fascista em caso de necessidade.

Que o Estado – por definição, um corpo separado da sociedade – deve ser imediatamente derrubado, é algo fora de questão. Cumpre aqui recordar uma lição de Berneri que foi pouco apreendida: na sociedade, fora da qual o ser humano torna-se um Robinson sem seu companheiro Sexta-Feira²², existem funções que hoje são geridas pelo Estado, autoritariamente ou despoticamente, as quais são de natureza econômica e administrativa, e das quais a sociedade libertária também deverá encarregar-se. Bem,

²¹ Referência a certos círculos religiosos ligados ao cristianismo. (N. E.)

²² Referência ao romance *Robinson Crusoe*, escrito por Daniel de Foe. Publicado em 1719, ele aborda a autobiografia fictícia de um naufrago que permaneceu 28 anos numa remota ilha tropical. (N. E.)

como seria possível fazer isso fora de um quadro comunista libertário, similar – falar em idêntico seria anti-histórico – àquele da Espanha de 36?

Na espera destes esclarecimentos, cabe perguntar: Deseja-se verdadeiramente este resultado? Ou, inconscientemente, há medo dele?

Pensando que deverá haver uma organização social da produção, da distribuição, do consumo e da segurança interna e externa – e lembrando que a síndrome da insegurança dá fôlego aos autoritarismos de todo tipo, inclusive ao fascismo –, estamos seguros que cada um poderá fazer as coisas por sua própria conta, sem se preocupar com os outros? Em vários casos, pode haver deliberações sociais de cuja implementação os dissidentes facilmente escaparão. Nos casos de mudança de posição, estas pessoas poderão iniciar posteriormente sua participação, ainda que com algum ônus. Mas, em muitos outros casos, isso não será possível e nem fácil de organizar separadamente de outros. E então? Os dissidentes paralisarão a maioria?

Consideremos um outro aspecto. Isolamento, marginalidade e letargia são males que afligem aquele anarquismo que não faz coerentemente suas opções de classe. Enquanto isso, o resto do mundo move-se em várias direções e organiza-se. O como isso acontece é uma outra questão, que deve ser de interesse a todos os anarquistas, pois, quanto menos estas dinâmicas desenvolverem-se em sentido libertário, mais avançarão as realidades reformistas ou autoritárias.

Se a organização não se reduz ao falatório – e se, por isso, assumimos que os princípios anarquistas são para os seres humanos, e não os seres humanos para os princípios, sendo que isso vale ainda mais para as interpretações que são dadas a estes princípios –, será impossível renunciar à tão demonizada “responsabilidade coletiva”.

Há um certo tempo, no fórum do site *Contropotere*, houve um debate sobre a posição da Federazione dei Comunisti Anarchici (FdCA) de votar “sim” no referendo sobre o artigo 18 do *Statuto dei Lavoratori* [Estatuto dos Trabalhadores] e sobre os serviços de eletricidade. Este debate caracterizou-se pelo tom muitas vezes lamentável, ou mesmo digno de um consultório psiquiátrico, por parte de alguns “abstencionistas fisiológicos” e/ou antiplataformistas. Recentemente, neste mesmo fórum, alguns companheiros deram uma pragmática definição de responsabilidade coletiva, que merece ser integralmente citada:

Se eu e você criamos uma empresa, concordamos em realizar juntos uma coisa e, para mim, este acordo é válido porque ambos responsabilmente concordamos com ele. A dissolução deste acordo

exige que nos encontremos e discutamos o assunto. Não creio ser correto que um dos dois o dissolva unilateralmente sem aviso prévio, e é inaceitável que um dos dois, de repente, comece a trabalhar em direção oposta àquela do acordo que foi realizado. Em poucas palavras, fazer uma empresa implica marchar juntos até que, conjuntamente, decidamos dissolvê-la. E também que devemos nos comprometer, conjuntamente, a não prejudicar, em função de nossas palavras e nossas ações, a empresa que foi criada por nós. Isso lhe parece um absurdo?

Como você atua na vida real? Se, por exemplo, você trabalhasse no serviço público depois da revolução social mundial, você acharia justo, em nome do seu livre arbítrio ou de sua responsabilidade individual, não respeitar um turno de trabalho que foi estabelecido em autogestão, deixando a pé algumas pessoas, no caso de você trabalhar no setor de transportes, ou deixando morrer outras, no caso de você trabalhar no setor da saúde? Como você pensa que funcionava a Catalunha nos tempos da revolução? Acha que ela tinha por base a improvisação e a responsabilidade individual ou a auto-organização, a autogestão e a responsabilidade coletiva?

Cito aqui parte de um prefácio à Plataforma, que foi escrito pela Organizzazione Rivoluzionaria Anarchica (ORA). Parece-me uma boa síntese do conceito de responsabilidade coletiva e de suas implicações:

“Uma organização não é um indivíduo e nem um simples amontoado de indivíduos. Nós nos organizamos para levar a cabo algo mais forte e incisivo. Certamente, a sociedade libertária não pode se dar ao luxo de contar com pessoas que busquem apenas e antes de tudo seus próprios interesses; pelo contrário, o êxito desta sociedade baseia-se no fato que, abolida a dominação do homem pelo homem, cada um deve levar em conta, por meio de sua consciência própria e autônoma, as exigências coletivas. Trata-se sempre de um projeto ambicioso de superação do individualismo atual, embora de modo gradual e sem imposições externas.

Uma organização específica de militantes que lutam por este tipo de sociedade, e que estão juntos porque possuem a mesma visão teórica e estratégica, só pode ter por base a responsabilidade coletiva. Em nossa opinião, Malatesta concordou com Makhno naquilo que tange à substância desta questão, ainda que falasse de responsabilidade moral do indivíduo.

Mas é claro que é o indivíduo que contribui, por um ato de responsabilidade moral, com a formação da responsabilidade coletiva da organização. Isto ocorre quando a unidade teórica e estratégica, produto real dos membros da organização específica, determina a linha geral que deve ser seguida, e a maneira por meio da qual ela deve ser verificada e modificada. Em torno deste eixo teórico e estratégico, sempre ratificado e esclarecido, e em torno das táticas não necessariamente iguais umas às outras, mas que não divergem da linha geral, constrói-se uma organização com consciência política unitária, e sempre ratificada, de cada um dos membros. Com a liberdade de escolha das táticas análogas e referendando sempre as táticas à linha geral. Se isso estiver claro, aqueles que não concordarem com a linha teórica e estratégica anterior (mesmo que fossem quase todos), mas aceitarem o princípio da necessidade de uma organização unitária (no mencionado quadro do pluralismo) serão os primeiros a investir na construção de uma nova organização, capaz de expressar sua visão

política geral. Tudo isso, nos termos da responsabilidade coletiva, traduz-se pelo fato de que um companheiro está numa organização apenas porque concorda com sua linha e aceita a relação de responsabilidade com todos os outros membros.

Isso nos leva, enfim, ao fato de que, no que diz respeito às táticas particulares, este companheiro pode, vez ou outra, declarar seu acordo ou desacordo, assumindo a responsabilidade de fazer, nem mais nem menos, aquilo que se comprometeu a fazer.

Deve-se aceitar o princípio da responsabilidade coletiva se não quisermos que as pessoas aceitem uma plataforma que depois não será seguida e, pior ainda, que não será continuamente ratificada. Estejamos atentos, pois este princípio exige uma organização dotada de uma estrutura eficaz de decisões em assembleias. E isso é algo que o movimento realmente não possui.”

Agora, o estado das coisas é tal, que parece ser mais proveitoso verificar as diversidades existentes e prosseguir tranquilamente pelo próprio caminho, sem se preocupar tanto em tentar convencer os anarquistas de outras galáxias, com os quais nem sempre se fala a mesma língua, estando cientes de que, sem organização e coesão, não há perspectivas, e o anarquismo não consegue desempenhar seu papel.

Quando, de alguma forma, for possível compartilhar o mesmo caminho, melhor para todos. Se isso não for possível, cada um deve traçar seu caminho, polemizando apenas nos casos em que as deformações das próprias posições sejam tais que as tornem falsas. Este caminho autônomo, naturalmente, deve ter como objetivo trazer ao comunismo anarquista os militantes classistas que ainda não estão com ele.

*** Fonte: Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA).**

Pier Francesco Zarcone é pesquisador e membro da Federação dos Comunistas Anarquistas (FdCA) [atualmente Alternativa Libertaria], organização anarquista italiana.

Edição, revisão e preparação: Rafael V. da Silva e Felipe Corrêa.